

Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL

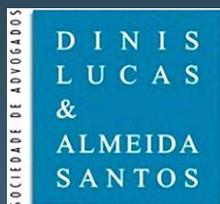
9 a 13 de Dezembro de 2013



DESTAQUES

DE 9 A 13 DE DEZEMBRO

Boutique law firm



geral@dlas.pt

www.dlas.com.pt

217 816 010

Av. Republica n.º 50

7-A

1050-196

Lisboa

JUSTIÇA

[Portaria n.º 350/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças, da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 331-A/2009, de 30 de Março, que regulamenta a consulta, por meios electrónicos, de informação referente à identificação do executado e dos seus bens e da citação electrónica de instituições públicas, em matéria de acção executiva.

[Acórdão n.º 355/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 11.º, n.ºs 4 e 6, e 15.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de Fevereiro, na interpretação segundo a qual as alterações normativas consagradas se aplicam, sem previsão de regime transitório, a todos os alunos matriculados no ensino secundário recorrente.

[Lei n.º 82/2013, de 06 de Dezembro](#)

(Assembleia da República)

Transpõe a Directiva n.º 2011/77/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, relativa ao prazo de protecção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março.

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 793/2013, 09 de Dezembro](#)**(Tribunal Constitucional)**

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma do artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 22/2013, aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 21 de Outubro de 2013, e pela inconstitucionalidade consequente das restantes normas do mesmo diploma (duração do período normal de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública Regional).

[Acórdão n.º 767/2013, de 13 de Dezembro](#)**(Tribunal Constitucional)**

Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade de um conjunto de normas constantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2013 -, por eventual violação dos direitos da Região Autónoma dos Açores.

FINANÇAS/ FINANCEIRO/ FISCAL

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Despacho n.º 16027/2013, de 10 de Dezembro](#)**(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina que, até 31 de Dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor.

[Portaria n.º 358-A/2013, de 12 de Dezembro](#)**(Ministério das Finanças)**

Aprova o modelo da participação de rendas previsto no n.º 7 do artigo 15.º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, aditado pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, e alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de Dezembro, e o respectivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

[Despacho n.º 15798/2013, de 04 de Dezembro](#)**(Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional)**

Autoriza a cessão definitiva do PM 5, 6 e 8/Póvoa de Varzim - Central Eléctrica - Quartel da Póvoa - Quartel de Paredes.

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 09 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Define o lote de acções destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as acções adquiridas no âmbito da venda directa de referência ao abrigo do mesmo processo.

[Despacho n.º 16110-A/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)**

Define o modelo, termos e condições da prestação de garantia bancária ou instrumento que devem ser prestados no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.

[Despacho \(extracto\) n.º 16110-B/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministro)**

Determina o montante e prazo do pagamento da prestação inicial que os proponentes seleccionados devem efectuar, no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare- Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A..

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[Portaria n.º 851-A/201, de 03 de Dezembro](#)**(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)**

Autoriza a extensão dos encargos orçamentais decorrentes da contratação de prestação de serviços relativos à assistência na doença dos funcionários diplomáticos.

[Portaria n.º 854/2013, de 05 de Dezembro](#)**(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)**

Autoria a extensão de encargos relativos a contratos de aquisição de serviços relacionados com o portal do GeRHup - ESPAP, I.P..

[Portaria n.º 863/2013, de 06 de Dezembro](#)**(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento)**

Autoriza o Instituto da Segurança Social, I. P. a proceder à repartição de encargos plurianuais.

[Lei n.º 83/2013, de 09 de Dezembro](#)**(Assembleia da República)**

Procede à alteração (segunda alteração) da lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à alteração (terceira alteração) do Decreto- Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida).

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2013, de 09 de dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa relativa ao fornecimento de combustíveis operacionais de aviação à Força Aérea Portuguesa, para o ano de 2014.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2013, de 10 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a despesa relativa à aquisição dos serviços de manutenção e reparação de aeronaves da Força Aérea, seus motores e respectivos órgãos ou equipamentos, componentes, sistemas e subsistemas associados, para o triénio 2014-2016.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2013, de 10 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa com a execução do Programa de Preparação Olímpica para o Rio 2016.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a proceder à aquisição de serviços de comunicação de dados para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça, no período de 2014 a 2019.

[Acórdão n.º 767/2013, de 13 de Dezembro](#)**(Tribunal Constitucional)**

Não declara a inconstitucionalidade nem a ilegalidade de um conjunto de normas constantes da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2013 -, por eventual violação dos direitos da Região Autónoma dos Açores.

TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[Portaria n.º 354/2013, de 09 de Dezembro](#)**(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Estabelece o âmbito da intervenção do Ministério da Agricultura e do Mar e dos seus serviços e organismos em matéria de formação profissional nas áreas da agricultura, das florestas, do agroalimentar e do desenvolvimento rural, bem como o respectivo modelo de regulação, de certificação, de supervisão e de acompanhamento.

SEGURANÇA SOCIAL

[Despacho n.º 16027/2013, de 10 de Dezembro](#)**(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina que, até 31 de Dezembro de 2013, para efeitos de regularização das dívidas, independentemente da sua natureza, podem ser realizados pagamentos em numerário sem limite de valor.

HABITAÇÃO

[Portaria n.º 352/2013, de 04 de Dezembro](#)**(Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)**

Estabelece os factores de correcção extraordinária das rendas para o ano de 2014.

[Portaria n.º 353/2013, de 04 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)**

Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada.

[Decreto-Lei n.º 163/2013, de 06 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)**

Estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando as verbas a utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO[Aviso n.º 14748/2013, de 02 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro)**

Torna pública a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Leiria.

[Aviso n.º 14918/2013, de 05 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo)**

Torna pública a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o município de Ourém.

[Despacho \(extracto\) n.º 16074/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)**

Aprova a alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vidigueira.

[Portaria n.º 358/2013, de 12 de Dezembro](#)**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 208/2012, de 6 de Julho que aprova a delimitação dos perímetros de protecção de várias captações das águas subterrâneas localizadas no concelho de Cascais.

ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a proceder à aquisição de serviços de comunicação de dados para os organismos que integram a Rede de Comunicações da Justiça, no período de 2014 a 2019.

[Portaria n.º 890/2013, de 11 de Dezembro](#)**(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Administração Interna)**

Autoriza a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos a proceder à instalação da componente física de rede SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) em 206 quartéis da Guarda Nacional Republicana (GNR).

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTECÇÃO CIVIL**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil.

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

[Mapa Oficial n.º 1-A/2013, de 13 de Dezembro](#)

(Comissão Nacional de Eleições)

Publica o mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 29 de Setembro de 2013.

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

[Portaria n.º 890/2013, de 11 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Administração Interna)

Autoriza a Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos a proceder à instalação da componente física de rede SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) em 206 quartéis da Guarda Nacional Republicana (GNR).

- **ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

[Lei n.º 81/2013, de 06 de Dezembro](#)

(Assembleia da República)

Transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis n.ºs 56/2012, de 8 de Novembro, e 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 15797/2013, de 04 de Dezembro](#)

(Ministério das Finanças - Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública)

Altera o n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Selecção dos Cargos de Direcção Superior na Administração Pública.

[Portaria n.º 355/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica.

[Portaria n.º 356/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor.

[Portaria n.º 359/2013, 13 de Dezembro](#)

(Ministério das Finanças)

Aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de competências e revoga a Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro.

AGRICULTURA , CAÇA E PESCAS

- **VITIVINICULTURA**

[Portaria n.º 357/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2014-2018.

ASSOCIAÇÕES

[Deliberação n.º 2299/2013, de 06 de Dezembro](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Altera e republica o Regulamento do Programa de Financiamento a Projectos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I. P.), e que regula as condições da sua atribuição a ONG de reconhecida utilidade pública.

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[Portaria n.º 349-C/2013, de 02 de Dezembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

[Portaria n.º 349-D/2013, de 02 Dezembro](#)

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-C/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)

Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existentes.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-D/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)

Estabelece os factores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-E/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções, bem como existentes.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-F/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respectivos dados.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-G/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e receção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respectiva terminologia.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-H/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Estabelece as regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-I/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Estabelece as metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-J/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção-Geral de Energia e Geologia)**

Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-K/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Publicação dos parâmetros térmicos para o cálculo dos valores que integram o presente despacho.

[Despacho \(extrato\) n.º 15793-L/2013, de 03 de Dezembro](#)**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direcção- Geral de Energia e Geologia)**

Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adopção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.

[Portaria n.º 353-A/2013, de 04 de Dezembro](#)

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de protecção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respectiva metodologia de avaliação.

CULTURA

[Despacho n.º 15861/2013, de 05 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Revoga o Despacho n.º 6891/2013 de 28 de maio, que aprovou o Regulamento de Utilização de Imagens de Museus, Monumentos e outros Imóveis afetos à Direção- Geral do Património Cultural.

[Aviso n.º 15171/2013, de 13 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)

Torna pública a inscrição da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações na Lista do Património Mundial da UNESCO.

EDUCAÇÃO

[Acórdão n.º 355/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 11.º, n.ºs 4 e 6, e 15.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de Fevereiro, na interpretação segundo a qual as alterações normativas consagradas se aplicam, sem previsão de regime transitório, a todos os alunos matriculados no ensino secundário recorrente.

[Aviso n.º 14962-A/2013, de 05 de Dezembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.)

Introduz um aditamento ao Aviso n.º 14185-A/2013, de 19 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 14712-A/2013, de 28 de Novembro, relativos ao procedimento de inscrição para a realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para o ano escolar de 2013/2014 dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

[Despacho n.º 15958-A/2013, de 06 de Dezembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário)

Define as tabelas com os valores dos subsídios anuais por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro.

SAÚDE

[Despacho n.º 15703/2013, de 02 de Dezembro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de material de incontinência, protecção cutânea e alívio de pressão.

[Declaração de Rectificação n.º 51/2013, de 03 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral)

Rectifica o Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de Outubro, do Ministério da Saúde, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 192, de 4 de Outubro de 2013.

[Declaração de Rectificação n.º 52/2013, de 04 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Rectifica o Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de Outubro, do Ministério da Saúde, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril, que estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local, publicado no Diário da República n.º 193, 1.ª Série, de 7 de Outubro.

[Decreto-Lei n.º 164/2013, de 06 de Dezembro](#)

(Ministério da Saúde)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 279/2009, de 6 de Outubro, que estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento das unidades privadas de serviços de saúde.

[Despacho n.º 15967/2013, de 09 de Dezembro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Altera o Despacho n.º 9309/2013, de 9 de Julho (Prescrição electrónica de Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD)).

[Portaria n.º 355/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho em funções públicas, no âmbito da carreira especial médica.

[Portaria n.º 356/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor.

[Despacho n.º 16206/2013, de 13 de Dezembro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece que é obrigatoriamente realizada em termos centralizados pela SPMS Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.) a aquisição de medicamentos ao abrigo de autorização de utilização

excepcional (AUE), constantes de lista a divulgar pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P (INFARMED, I.P.), de que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) necessitem.

[Despacho n.º 16207/2013, de 13 de Dezembro](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E (SPMS, E.P.E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Stents.

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 22/2013/M, 2 de Dezembro](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o pedido de inconstitucionalidade da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

[Decreto Legislativo Regional n.º 30/2013/M, de 10 de Dezembro](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Institui na Região Autónoma da Madeira um regime excepcional e transitório de liberação e de redução da caução em contratos celebrados ou a celebrar, com contraentes públicos, até 31 de Dezembro de 2016.

EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 09 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Define o lote de acções destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as acções adquiridas no âmbito da venda directa de referência ao abrigo do mesmo processo.

[Despacho n.º 15982-A/2013, de 09 de Dezembro](#)

(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado das Finanças)

Fixa o preço de venda das acções representativas do capital social da CTT – Correios de Portugal, S. A. (CTT, S. A.).

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Declara a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em situação económica difícil.

[Despacho n.º 16110-A/2013, de 11 de Dezembro](#)

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Define o modelo, termos e condições da prestação de garantia bancária ou instrumento que devem ser prestados no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.

[Despacho \(extrato\) n.º 16110-B/2013, de 11 de Dezembro](#)

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministro)

Determina o montante e prazo do pagamento da prestação inicial que os proponentes seleccionados devem efectuar, no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare- Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A..

DESPORTO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2013, de 10 de Dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa com a execução do Programa de Preparação Olímpica para o Rio 2016.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Foi aprovado o seguinte:

- O Conselho de Ministros aprovou o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 e o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece as formas e o procedimento de cedência das terras do Estado através da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril.
- O Conselho de Ministros aprovou a extinção da EMA - Empresa de Meios Aéreos, S.A., revogando o respectivo diploma de criação e regulando o processo de liquidação desta sociedade.
- O Conselho de Ministros aprovou o regime de transferência da jurisdição portuária directa dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., (IPTM) para a Docapesca - Portos e Lotas, S.A..

- Projecto de resolução do Conselho de Ministros que autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de bens e serviços necessários para a implementação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (Sincro), para os anos de 2014 a 2017.
- O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.
- O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro, visando a sua simplificação.
- O Conselho de Ministros prorrogou em seis meses o prazo, estabelecido no regime jurídico das farmácias de oficina, para que as entidades do sector social que detenham farmácias abertas ao público se adaptem aos requisitos exigidos às proprietárias das farmácias que se encontrem no mercado.
- O Conselho de Ministros prorrogou pelo prazo de um ano a transição, para a habilitação dos responsáveis técnicos, previsto no regime jurídico de acesso e de exercício à actividade funerária.
- O Conselho de Ministros autorizou os serviços, organismos, entidades e estruturas integrados na Presidência do Conselho de Ministros a assumirem os encargos orçamentais decorrentes da contratação de serviços de vigilância e segurança, no valor total de aproximadamente 7,86 milhões de euros.
- O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa com a aquisição centralizada de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento público e a granel, através da abertura do respectivo procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à identificação das categorias que são mantidas como subsistentes no mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I.P., por impossibilidade de se operar a transição dos trabalhadores das escolas de hotelaria e turismo para as carreiras gerais já previstas.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

- **ACTOS LEGISLATIVOS**

Directiva 2013/54/EU do parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013 relativa [a certas responsabilidades do Estado de bandeira no cumprimento e aplicação da Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006](#)

Directiva 2013/56/EU do parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, que altera a Directiva 2006/66/CE do parlamento Europeu e do Conselho [relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas eléctricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio e que revoga a decisão 2009/603/CE da Comissão.](#)

Regulamento EU n.º 1257/2013 do parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, relativo à reciclagem de navios e que altera o regulamento CE n.º 1013/2006 e a Directiva 2009/16/CE.

Regulamento EU n.º 1258/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013, que altera o Regulamento CE n.º 273/2004 relativo aos precursores de drogas;

- **ACTOS NÃO LEGISLATIVOS**

Regulamento de Execução EU n.º 1269/2013 da Comissão de 5 de Novembro de 2013, que altera o Regulamento CE n.º 802/2004 de execução do Regulamento CE n.º 139/2004 do Conselho relativo ao controlo das concentrações de empresas;

Decisão de execução da Comissão, de 6 de Dezembro de 2013, [que estabeleceu um formato para a notificação das informações relativas à aprovação e às revisões substanciais dos planos de gestão de resíduos e dos programas de prevenção de resíduos;](#)

Decisão do Conselho de 2 de Dezembro de 2013, que estabelece a posição a adoptar em nome da União Europeia no âmbito do Comité dos Contratos Públicos no que respeita [às decisões que aplicam determinadas disposições do protocolo que altera o Acordo sobre os Contratos Públicos;](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Ajudar as empresas a atenuar o impacto das operações de reestruturação:](#)

A EU apresenta boas práticas para atenuar os efeitos das reestruturações e dos despedimentos nos trabalhadores e nas condições sociais;

16 de Dezembro de 2013

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt
